

Protocolo



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Estado de Minas Gerais

RECIBO

Inscrição

Protocolo

0050875/2021

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Data: 23/11/2021 13:56:18

Impressão: 23/11/2021 14:05:03

Requerente: 000279300 - VINICIUS FERREIRA DE MENEZES

CNPJ: 34.985.532/0001-47

Endereço: AVENIDA DOS MUNDINS, 417

Documentos Solicitados

050103/018 - Geral: RECURSO DE LICITAÇÃO

ENCAMINHA OFÍCIO REF. A APRESENTAÇÃO DE RAZÕES QUANTO A INCOSISTENCIA REF. A PEDIDO DE INABILITAÇÃO DADO POR EMPRESA. TP Nº 05/2021. SETOR DE LICITAÇÃO.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE CARMELO - MG**

Processo. Nº 128/2021

Tomada de Preços nº 05/2021

VINICIUS FERREIRA DE MENEZES - ME, CNPJ Nº 34.985.532/0001-47, com sede na Avenida dos Mundins, 417, sala mesa 01, Centro na cidade de Monte Carmelo – MG, neste ato representada por seu proprietário Engº Vinicius Ferreira de Menezes, CPF nº 100.156.996-25, respeitosamente, vem apresentar suas RAZÕES, ao pedido inconsistente de Inabilitação impetrado pela empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA contra nossa empresa e fundamentar as RAZÕES que levou nossa empresa ao pedido de Inabilitação da empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, pelos fatos, motivos e fundamentos seguintes:



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/ MG - 184.609/D

1 - Considerações Iniciais:

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG.

As razões expostas pela empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA em Ata de Habilitação não prosperam sob qualquer ótica, ainda mais, se tratando de procedimento hígido, correto, sendo tentativa desesperada de quem não conseguiu apresentar na íntegra a documentação exigida para habilitação no Certame.

2 - Da Improcedência das Alegações da empresa Séculus:

Trata-se da Tomada de Preços nº 05/2.021, promovido pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG para “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE COBERTURA DE QUADRAS, REFORMA, PINTURA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS, SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO – MG”.

A empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, insurge com alegações, de forma frágil e infundada, querendo a Inabilitação dessa empresa que nada mais fez do que cumprir o que pactuava no edital no seu item 26.3 letra (j), senão vejamos:

26.3 - A capacitação técnica do profissional será atestada mediante a apresentação de **Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida (s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, em nome do Responsável Técnico.**

Conforme estabelece o § 2º, do art. 30 da Lei Federal 8.666/1993, o Profissional deverá comprovar a execução dos seguintes tipos de serviços que correspondem às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são: Destaquei.

j) Fornecimento de estrutura metálica em perfil laminado, inclusive fabricação, transporte, montagem e aplicação de fundo preparador anticorrosivo em superfície metálica, uma (1) demão;

É alegação da empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, conforme registrado em Ata conforme segue:

“ O representante da empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, pediu para constar em ata que identificou que o atestado da empresa VINICIUS FERREIRA DE MENEZES, no que se pede no item 26.3 letra (j) do edital, quanto a qualificação técnica, fornecimento de estrutura metálica, os atestados apresentados pela empresa, constam nos códigos da ART, porém quando se pega o atestado emitido pela escola Gregório Canedo sobre os serviços executados, não constam execução de estrutura metálica. Em um outro CAT com registro de atestado apresentado da Caixa Escolar Clara Chaves, consta o código da ART executada, porem no atestado emitido pela escola, não consta a estrutura metálica. Constan cobertura em telha galvanizada, porem isto não comprova que ouve a execução de estrutura metálica. Pois a telha galvanizada pode ser usada em estrutura de madeira, e pode ser somente uma troca de telhas, sem a fabricação da estrutura metálica. Deixando na minha opinião que não comprova a execução de estrutura metálica”. “Que entrará com recurso contra a decisão da comissão”.

Pois bem, vejamos na CAT apresentada por nossa empresa com registro no CREA – MG, sob o número 2861592/2021, que a mesma **atende tranquilamente aos ditames da Lei**, onde se pode exigir até 50% da parcela de maior relevância, na planilha orçamentaria traz no seu item 2.1 do edital que pede um total de 8.041,08 Kg de estrutura metálica, restou comprovado por essa

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D



empresa através de CAT mencionada acima que temos um quantitativo de 485,35 m2 de estrutura Metálica que se multiplicarmos por 18,75 kg/m2 que é uma média para a construção com estrutura metálica teremos um total de 9.100,31 kg.

O guerreiro traz à baila que nossa empresa não havia comprovado tal item do edital, onde o mesmo, pasmem os senhores, traz em sua narrativa que restou comprovado em CAT através de códigos da ART, mais não em atestado da escola; Pois bem o que se pede no edital e destacado por essa empresa é exatamente “ **apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida (s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto**”.

Onde essa empresa sucumbiu ao exigido no edital? Se claramente apresentou a CAT onde consta estrutura metálica conforme abaixo:

Página 2/15



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2861592/2021

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Atividade em andamento

2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO 49 - Execução de obra 38.46 metro cúbico; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.3 - DE ESTRUTURA DE ARGAMASSA ARMADA 49 - Execução de obra 2325.99 metro quadrado; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.4 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO CICLÓPICO 49 - Execução de obra 64.67 metro quadrado; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.5 - DE DEMOLIÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO SEM USO DE EXPLOSIVOS 49 - Execução de obra 129.45 metro quadrado; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.1 - PARA EDIFICAÇÃO 49 - Execução de obra 22.66 metro quadrado; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.1 - PARA EDIFICAÇÃO 49 - Execução de obra 31.96 metro; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.7 - PARA FINS DIVERSOS 49 - Execução de obra 485.35 metro quadrado; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.1 - DE ESTRUTURA DE MADEIRA 49 - Execução de obra 476.85 metro quadrado; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.1 - DE ESTRUTURA DE MADEIRA 49 - Execução de obra 515.45 metro quadrado; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.1 - DE ESTRUTURA DE MADEIRA 49 - Execução de obra 10.00 metro quadrado; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.1 - DE ESTRUTURA DE MADEIRA 49 - Execução de obra 109.70 metro quadrado; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE OUTROS MATERIAIS > #2.4.1 - DE ESTRUTURA DE OUTROS MATERIAIS 49 - Execução de obra 915.35 metro quadrado; 2016 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.1 - ESCAVAÇÃO 49 - Execução de obra 6.36 metro cúbico; 2016 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > #3.3.1.1 - ESCAVAÇÃO 49 - Execução de obra 28.81 metro quadrado; 2016 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.3 - ATERRO 49 - Execução de obra 9.77 metro cúbico; 2016 - Execução AGRIMENSURA > LOCAÇÃO DE OBRAS CIVIS > DE LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA > #36.9.1.1 - DE OBRAS CIVIS 49 - Execução de obra 33.19 metro quadrado;

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

Ora se o Próprio CREA – MG atesta que essa empresa possui sim através de documento que segundo o CONFEA é o soberano na comprovação de capacidade técnica de um profissional, por qual motivo um engenheiro que é subordinado as regras do CONFEA e dos CREA's vem duvidar de tal certidão?

O próprio CONFEA ASSIM DEFINE A CAT:

A Certidão de Acervo Técnico - CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, as atividades registradas no CREA, que constituem o acervo técnico do profissional. Destaquei.

O acervo técnico do profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo de sua vida profissional compatíveis com suas competências e registradas no CREA por meio de Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's.

O profissional pode requerer sua CAT no CREA para fazer prova da sua capacidade técnico-profissional, com base nas atividades desenvolvidas e registradas em ART's.

Não obstante, trata-se apenas de erro material no atestado emitido pela escola, pois conforme se faz prova aqui a ART que foi extraído a CAT está devidamente preenchida e é um documento federal. Vejamos:

Página 2/3



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20210707118

SUBSTITUIÇÃO à
MG20210429018

49 - Execução de obra > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.3 - ATERRO	9,77	m²
49 - Execução de obra > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.1 - ESCAVAÇÃO	6,36	m²
49 - Execução de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	38,46	m³
49 - Execução de obra > ESTRUTURAS > ALVENARIA ESTRUTURAL > #2.10.1 - DE ALVENARIA ESTRUTURAL	11,52	m²
49 - Execução de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.1 - DE ESTRUTURA DE MADEIRA	476,85	m²
49 - Execução de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.1 - DE ESTRUTURA DE MADEIRA	515,45	m²
49 - Execução de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE OUTROS MATERIAIS > #2.4.1 - DE ESTRUTURA DE OUTROS MATERIAIS	915,35	m²
49 - Execução de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.5 - DE IMPERMEABILIZAÇÃO APLICADA À CONSTRUÇÃO CIVIL	13,97	m²
49 - Execução de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.7 - PARA FINS DIVERSOS	485,35	m²

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D



Há um poder-dever por parte da Comissão de Licitação quando há dúvidas em documentos apresentado na fase de habilitação de realizar a diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração. Destaquei.

Estamos aqui apresentando a ART que foi documento para a confecção da CAT, essa douta Comissão pode optar por fazer diligência no CREA – MG para constatar a veracidade da ART.

A empresa não deixou de apresentar nenhum documento exigido em edital, fato esse que a Comissão fez por **HABILITAR** essa empresa, conforme consta em Ata:

Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2021, na cidade de Monte Carmelo-MG, à Avenida Olegário Maciel, 129 - Centro, reuniram-se a partir das 09:00 horas, em sessão pública, Iscleris Wagner Gonçalves Machado, presidente, Daniel Izaías Alves, Membro e Denner Cândido Lima, Secretário, abaixo assinados, todos integrantes da Comissão nomeada pela Portaria nº 10.584/2021, incumbida de dirigir e julgar o procedimento licitatório da Modalidade Tomada de Preços nº 05/2021, a fim de receberem os envelopes contendo as Propostas de Preços e os documentos para Habilitação relativos ao certame. Aberto os trabalhos, verificou-se fizeram o cadastro nos termos do edital, e realizaram a visita técnica e protocolaram os envelopes as seguintes empresas: **VINÍCIUS FERREIRA DE MENEZES, CNPJ: 34.985.532/0001-47** neste ato, representada pelo proprietário Vinícius Ferreira de Menezes, CPF: 100.156.996-25 e **SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 03.698.525/0001-30**, neste ato, representada por meio de procuração, pelo sr. Mauro da Paixão do Espírito Santo, CPF: 481.014.356-20. Após a análise dos documentos de habilitação, declaramos as empresas **HABILITADAS**. Colocada a palavra a disposição, o representante da empresa **SÉCULUS**

3 - Da Procedência das Alegações Contra a Empresa Séculus:

É narrativa dessa empresa que após conferência da documentação da empresa Séculus, restou comprovada pelo menos duas infrações onde passamos a analisar profundamente:

Essa Douta Comissão equivoca-se ao habilitar a empresa Séculus, já que a mesma não apresentou documentação para comprovação de capital social e deixou de provar que possui atestado e CAT de alambrado, senão vejamos:

26.3 - A capacitação técnica do profissional será atestada mediante a apresentação de **Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida (s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, em nome do Responsável Técnico. Conforme estabelece o § 2º, do art. 30 da Lei Federal 8.666/1993, o Profissional deverá comprovar a execução dos seguintes tipos de serviços que correspondem às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são:** Destaquei

i - Alambrado para quadra esportiva, com tela de arame galvanizado fio 12 # 2", fixado em quadros de tubos de aço carbono galvanizado DN 50mm (2");

Conforme irá se provar a seguir a empresa Séculus apesar de apresentar CAT registrada no CREA – MG sob o número 004.508/09 e atestado técnico da escola Estadual “Dona Sindá” essa não consegue comprovar nem em CAT e nem em atestado a quantidade mínima que se pede no item 7.3.10 da planilha orçamentária que é de 93,53 m² de alambrado.



CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1500, Stº Agostinho, Belo Horizonte - MG
30170-001, www.crea-mg.org.br, tel: 31.3299-8700,
0800.28 30273 (Ouvidoria) / 0800 031 2732 (Atendimento)



CERTIDAO : 004.508/09

FOLHA: 0001/0002

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CREA-MG, CERTIFICA, PARA FINS DE ACERVO TECNICO, QUE O PROFISSIONAL "MAURO DA PAIXAO DO ESPIRITO SANTO", "ENGENHEIRO CIVIL", CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL Nº 44.658/D-CREA-MG, EFETIVOU NO CREA-MG SOB SUA RESPONSABILIDADE TECNICA, A ANOTACAO DE RESPONSABILIDADE TECNICA-ART, APRESENTADA A SEGUIR, PASSANDO A INTEGRAR, DESTA FORMA, SUA EXPERIENCIA PROFISSIONAL, CONFORME ARTIGO 1º DA RESOLUCAO Nº 317/86 DO CONFEA.....
ESTA CERTIFICACAO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE AS ATIVIDADES TECNICAS ANOTADAS NA ART.....
INTEGRA A PRESENTE CERTIDAO O ATESTADO EMITIDO PELA "CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DONA SINDA", A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE PELA INFORMACAO QUE NELE CONSTA, E CUJA COPIA ENCONTRA-SE NUMERADA DE 001 A 001 (UM A UM), DEVIDAMENTE AUTENTICADA E CHANCELADA NO CREA-MG.....

ESTA CERTIDAO CONTEM 0002 FOLHA(S).



CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1500, Stº Agostinho, Belo Horizonte - MG
30170-001, www.crea-mg.org.br, tel: 31.3299-8700,
0800.28 30273 (Ouvidoria) / 0800 031 2732 (Atendimento)



CERTIDAO: 004.508/09 (CONTINUACAO) FOLHA: 0002/0002

PROFISSIONAL:

NOME : MAURO DA PAIXAO DO ESPIRITO SANTO

TITULO : ENGENHEIRO CIVIL

REGISTRO : 0400000044658

ATRIBUIÇÕES:

LEI: DECRETO:

RESOL.: 218 ART.: 007 C/EXCL.: ALINEAS:

CONTRATADA : SECULUS CONSTRUTORA LTDA

REGISTRO: 025895

NRO DA ART: 1-4033890900 DATA ANOTACAO : 24/07/2008 DATA BAIXA : 28/02/2009

MOTIVO DA BAIXA : CONCLUSAO DE OBRA/SERVICO

CONTRATANTE : CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DONA SI
LOCAL DA OBRA/SERVICO : RUA ALFERES EUZEBIO 122 CENTRO
PROPRIETARIO : CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DONA SI
CIDADE : MONTE CARMELO - MG
ATIVIDADE(S) TECNICA(S):
2644 EXECUCAO DE OBRA/SERV.TECNICO / CIVIL
2447 EXECUCAO DE INSTALACAO / HIDRO/SANITARIO
2457 EXECUCAO DE INSTALACAO / ELETR./BAIXA TENSAO C/1 < 50KW
2544 EXECUCAO DE MONTAGEM / CIVIL

FINALIDADE : 34811 CONST PARA FINS EDUCACIONAIS
QUANTIFICACAO : 790,90 METROS QUADRADOS
VALOR OBRA / SERVICO : R\$ 181.700,00
CONTRATO/HONORARIOS : R\$ 0,00
TIPO DE CONTRATO : EMPREITADA

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D



ESCOLA ESTADUAL "DONA SINDA" DE ENSINO FUNDAMENTAL
DECRETO DE CRIAÇÃO 5.593 DE 16/06/59

Rua Alfereus Euzébio, 122 – Centro – Telefone: (0xx34) 3842-2734
CEP: 38.500-000 – Monte Carmelo – Minas Gerais



ATESTADO DE OBRA

A CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DONA SINDÁ, CNPJ nº 19.925.296/0001-80, situada à Rua Alfereus nº 122, Centro, Monte Carmelo-MG, CEP: 38500-000, como contratante e proprietária da obra, ATESTA para os devidos fins, que a empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, estabelecida na cidade de Coromandel-MG, à Rua Olegário Maciel nº 71, Sala 102, Centro, CNPJ nº 03.698.525/0001-30 e Inscrição Estadual nº 193.069.911-0034, registro no CREA-MG sob o nº 25.895, e o responsável técnico Engº Mauro da Paixão do Espírito Santo, CREA-MG nº 44.658/D, CPF nº 481.014.356-20, executou no período de 05/Junho/2008 a 28/Fevereiro/2009, a construção de quadra poliesportiva coberta, vestiários e arquibancada, com área total de 790,90 m², no município de Monte Carmelo-MG, à Rua Alfereus Euzébio nº 122, Centro, ART nº 1-40338909, com as seguintes características:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Construção de quadra poliesportiva de 32,40 x 19,40m, com demarcação, pintura e equipamentos, área de 628,56 m², exceto estrutura de cobertura (área de anexos: 162,34m²; área total: 790,9m²)
2	Execução de alambrado
3	Iluminação da quadra
4	Construção de quadra, calço, sanitário e arquibancadas

Ora será que o nobre engenheiro e representante da empresa Séculus, não sabe que "Pau que dá em Chico tem que dá em Francisco" só que a nossa empresa comprovou tanto na fase de habilitação quanto se faz prova nessa peça que temos os quantitativos exigidos em edital, mais a empresa Séculus assim não o fez nem em CAT nem em atestado.

Ressaltamos também que a empresa Séculus deixou de atender ao item 25.4 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira na sua letra d) - COMPROVAÇÃO DA LICITANTE POSSUIR CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO correspondente a no mínimo 10% do valor total estimado da Obra, ou seja, R\$ 280.529,22 (Duzentos e Oitenta Mil, Quinhentos e Vinte e Nove Reais e Vinte e Dois Centavos) de acordo com artigo 31, § 2º e § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Vinicius Ferreira de Mene...
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/11

No nosso entendimento, a empresa Séculus deixou de apresentar documento que comprove capital social, visto que as informações contidas no balanço são referentes ao ano anterior ao do corrente ano e que mudanças em contratos sociais podem ocorrer e a Administração não ficar sabendo, sendo a última alteração apresentada é de agosto/2020, por isso se faz importantíssimo a apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, onde dá para checar informações de capital social e suas últimas alterações, coisa que o nobre concorrente não fez, assim deixando de cumprir normas editalícias.

Pois bem, como é sabido, **a Administração Pública está totalmente vinculada ao Edital da licitação**, não podendo exigir dos licitantes o cumprimento de exigências, além daquelas que já foram previamente estabelecidas quando da divulgação do ato convocatório, **tampouco poderá os licitantes exigir que a Comissão de Licitação (lê-se Administração Pública) pratique atos que eram de competência do interessado.**

O *caput* do art. 14 da Lei Federal nº 8.666/93, é bastante claro quanto à vinculação de todo o processo licitatório ao Edital, *verbis*: “Art. 41 – A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha **ESTRITAMENTE VINCULADA**” – destaquei.

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP, **Apelação nº 094.843.5/8-00**, Rel. Des. Sérgio Pitombo, j. 17.04.00) “o critério de julgamento, conforme indicado para o certame, **não admite à Administração Pública apreciação subjetiva. A Comissão julgadora procederá a exame objetivo, VINCULANDO-SE AO QUE DEFINIDO NO EDITAL**” – destaquei.

Como se observa, o Edital estabeleceu em seu Item 24.4 letra d e 26.3 letra i, que a empresa licitante deveria apresentar:

24.4 - d) - COMPROVAÇÃO DA LICITANTE POSSUIR CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO correspondente a no mínimo 10% do valor total estimado da Obra, ou seja, R\$ 280.529,22 (Duzentos e Oitenta Mil, Quinhentos

e Vinte e Nove Reais e Vinte e Dois Centavos) de acordo com artigo 31, § 2º e § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

26.3 - i) Alambrado para quadra esportiva, com tela de arame galvanizado fio 12 # 2", fixado em quadros de tubos de aço carbono galvanizado DN 50mm (2");


Com cediço, as contratações com a Administração Pública devem ser precedidas de processo de licitação (art.37, XXI, da CF), que constitui um procedimento administrativo que determina critérios objetivos para, dentre outras funções, a seleção de proposta de contratação mais vantajosa, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/93, *verbis*:

*"Art.3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos**".*

Nesse sentido, um dos princípios fundamentais e inerentes ao processo licitatório é justamente o da **VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** (art. 41, da Lei Federal 8.666/93), que promove não apenas segurança e tratamento isonômico aos licitantes, como também o próprio interesse público, conforme já argumentado no tópico anterior.

Ora, as regras do Edital são de validade para todos os participantes, de forma que a não observância destas impõe responsabilidade à participante desidiosa com o cumprimento, não podendo se ignorar a inadimplência, sob pena de imputar tratamento diferenciado perante as demais empresas licitantes, cumpriram com todo o necessário (Princípio da Isonomia de tratamento).

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D



Não se pode ignorar, que no Direito Administrativo deve sempre prevalecer à vontade da lei e não a vontade dos homens, sendo este o chamado **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ADMINISTRATIVA**. Acerca do tema, assim escreve (Hely Lopes Meirelles. *Direito Municipal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Malheiros Editores, 16ª edição, p. 243): “ A legalidade, como princípio da administração (Const. Rep. Art. 37, caput) **significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.** A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. Na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A Lei para o particular, significa “pode fazer assim”; para o administrador público significa “**DEVE FAZER ASSIM**”- destaquei.

Desta forma, a vinculação da **Administração Pública aos termos do Edital É MEDIDA COGENTE**, não podendo flexibilizar o cumprimento de suas exigências, já que foram previamente estabelecidas quando da divulgação do ato convocatório, sem que tenha realizado qualquer impugnação.

Como já decidido pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP, **Apelação nº 094.843.5/8-00**, Rel. Des. Sérgio Pitombo, j. 17.04.00): “O critério de julgamento, conforme indicado para o certame, não admite à Administração pública Apreciação Subjetiva A Comissão julgadora procederá a exame objetivo, VINCULANDO-SE AO QUE DEFINIDO NO EDITAL (Flávio Cheim Jorge, “Aspectos da licitação por técnica e preço e o controle dos atos administrativos pelo poder judiciário”, em “Licitações e Contratos administrativos, temas atuais e controvertidos”, São Paulo: Rev. dos Tribs., 1.999, p.231)” – destaquei.

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/ MG - 184.609/D



4 – Do Pedido:


Sem delongas, a narrativa da empresa Séculus é totalmente **IMPROCEDENTE**, devendo esta douta Comissão manter válida a decisão tomada na sessão do certame ora em discussão, e manter a empresa **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES - ME HABILITADA** e reformar a decisão e **INABILITAR** a empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, já que restou comprovado que a mesma deixou de cumprir pelo menos dois itens do edital, fazendo-se a mais necessária justiça.

RESTOU COMPROVADO QUE NOSSA EMPRESA CUMPRIU FIELMENTE TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, COISA QUE A EMPRESA SÉCULUS NÃO O FEZ!

Nestes Termos,

Pedem-se julgamento e Deferimento.

Monte Carmelo – MG, aos 23 dias do mês de novembro de 2021.



VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME
VINICIUS FERREIRA DE MENEZES
PROPRIETÁRIO

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/ MG - 184.609/D